

al.ama

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265 [semestral]

online

#25 (tomo 1) Jan. 2022

ARTE PALEOLÍTICA EM AMBIENTE GRANÍTICO NO VALE DO CÔA

6

19

**Porcelana chinesa
de Santa Clara-a-Velha**

**Os grafitos molinológicos
como objecto de estudo
etnoarqueológico**

**A ponte medieval do
Burgo de Vouga**



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Pormenor da zona central da garganta da Faia, no Vale do Côa, onde se sinalizam as rochas gravadas n.ºs 6 e 19. A última é dada a conhecer nesta edição e confere um renovado interesse ao único local de geologia granítica com arte paleolítica conhecido no mundo.

Foto | © Fundação Côa Parque.



II Série, n.º 25, tomo 1, Janeiro 2022

Proprietário e Editor |

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.comInternet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial |www.almadan.publ.ptDistribuição | <http://lissuu.com/almadan>

Periodicidade | Semestral

Apoio | Câmara Municipal de Almada / Associação dos Arqueólogos Portugueses / ArqueoHoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Neóepica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

Conselho Científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Resumos | Autores e Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico, tratamento de imagem e paginação electrónica | Jorge Raposo

Revisão | Autores e Fernanda Lourenço

Colaboram neste número | Miguel Almeida, Lara Bacelar Alves, Luísa Batalha, Vera Caetano, Andreia Campôa, Guilherme Cardoso, João Muralha Cardoso, Fábio Capela, Bárbara Carvalho,

Vânia Carvalho, António Chény, Maria João Coelho, Mónica Corga, Miguel Filipe Correia, Luca Antonio Dimuccio, José d'Encarnação, Isabel Cristina Fernandes, Cristina Gameiro, Vanessa Gaspar, Telmo Gomes, Gerardo Vidal Gonçalves, António Gonzalez, Jéssica Iglésias, Catarina Cunha Leal, Paulo Lemos, Luís Seabra Lopes, Armando Lucena, Rui Morgado, Manuel Nunes, Dina Borges Pereira, Franklin Pereira, Adelaide Pinto,

Eduardo Porfírio, Nuno Ramos, Jorge Raposo, José Rebelo, Mário Reis, Jorge Resende, Maria do Céu Santos, Michelle Teixeira Santos, Miguel Serra, Sofia Silva, Rafael Sousa, Humberto Veríssimo e Maurizio Zambaldi.

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

Há precisamente um ano, no final de Janeiro de 2021, recebemos com surpresa e consternação a notícia da morte de Bruno Navarro, Presidente do Conselho Directivo da Fundação Côa Parque, à qual imprimiu uma assimilável dinâmica desde que ocupou esse cargo, em 2017. Dotado de uma visão estratégica clara e sólida para a Fundação e o Museu do Côa (ver, por exemplo, artigo que subscreveu na *Al-Madan* impressa n.º 22, em 2019), a sua perda antevia-se difícil de superar pela instituição e pela sua equipa de trabalho.

Felizmente, constatamos não ser isso que sucede, agora sob a gestão de Aida Carvalho, empossada em Março de 2021. A Fundação celebrou condignamente os 25 anos da criação do Parque Arqueológico do Côa em Agosto último, o Museu continua a proporcionar programas apelativos aos seus públicos e as equipas de investigação multidisciplinar instaladas na zona revelam frequentemente novas descobertas. Resultados e experiências foram partilhados, avaliados e debatidos com a comunidade científica nacional e internacional no 2.º *Symposium* do Côa, que o Museu organizou no passado mês de Dezembro, dedicando-o precisamente à gestão e conservação de sítios com arte rupestre. Mas, no plano científico, haviam ficado já evidentes na conferência proferida em Julho por três dos investigadores do Côa, André Santos, Miguel Almeida e Thierry Aubry, numa sessão organizada pela ADECAP - Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular cuja gravação pode ser consultada na Internet (<https://bit.ly/3rIY8B>). Conhecemos cada vez melhor os grupos de caçadores-recolectores que produziram as extraordinárias manifestações artísticas do Côa, o território e as condições ambientais em que o fizeram, bem como a sua integração num modelo cultural com vasta difusão regional.

Nas páginas desta *Al-Madan Online* ficamos agora a conhecer mais um achado excepcional, desta feita no sítio da Faia, onde, 18 a 20 mil anos antes de nós, alguém gravou habilmente um cavalo numa rocha granítica. É a primeira figura paleolítica conhecida nesse suporte em todo o mundo! O estatuto de Património Mundial atribuído pela UNESCO ao Vale do Côa, em 1998, revela-se cada vez mais uma decisão de elementar justiça. O futuro reservar-nos-á seguramente novas descobertas, que consolidarão o sítio e o museu nos planos científico e museológico português e além-fronteiras.

Naturalmente, o Côa não esgota os temas que podem ser encontrados nas páginas seguintes. Trabalhos de arqueologia e antropologia biológica, a par de estudos de materiais e sítios patrimoniais de tipologia e cronologia muito diversificadas, complementados com noticiário de intervenções, eventos e edições recentes, proporcionarão seguramente boas horas de leitura.

Votos de que esta se faça com prazer e saúde, apesar das circunstâncias difíceis que continuamos a enfrentar.

Jorge Raposo, 25 de Janeiro de 2022

Reaccionário me confesso!

José d'Encarnação [Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Quando, num dia de 1975, incitava meu filho Pedro, de três anos, a lavar-se com água fria «*porque fazia uma boa reacção*», ele prontamente me respondeu: «*Então, abaixo a reacção!*». E eu fiquei sem palavras! Também houve um artista, nesse período pós-25 de Abril, que de reaccionário me chamou com todas as letras, por eu – lembro-me bem – não ter apreciado sobremaneira uma máquina de costura que ele apresentou em exposição sob um título do género «Subjugação feminina». Eu torci o nariz e o artista, de cuja actividade na Guiné, em tempo de serviço militar dele, eu me fizera eco, recompensou-me assim. Cruzo-me com ele de vez em quando, mas ele já me não conhece e eu não o “conheço” a ele. Encruzilhadas da vida!

Perdoar-se-me-á mais uma nota pessoal. No *Jornal da Costa do Sol*, fui redactor, chefe de redacção, director-adjunto e, até, durante curto espaço de tempo, director. Antes e depois do 25 de Abril. Vimos muitos textos cortados pela Censura e, nos últimos tempos, até provas de página tínhamos de apresentar, porque os censores descobriram que a paginação poderia ter significados... ocultos! Tudo isto para justificar a minha tomada de posição, evidentemente reaccionária, ou seja, de oposição, ao que hoje se está a praticar no seio das universidades e nas instituições científicas, no que às publicações diz respeito.

Poderei não estar muito bem informado, decerto não estou, mas dá-me impressão de que, para o artigo de um investigador ser devidamente aceite pela comunidade científica, deve ser publicado numa revista que tenha todos os requisitos hoje necessários, como seja a inscrição numa série de ‘plataformas’ (é assim que se diz?) artificialmente criadas por uns quantos ‘sábios’ (eventuais candidatos a Prémio Nobel), cuja identidade e percurso científico se desconhece. Sem tal inscrição, é mentira: o texto que publicaste numa revista assim não consignada, é o mesmo que nada, vai para o caixote do lixo e se vem a tal comissão de avaliação de afamados peritos estrangeiros, esquece; o teu artigo, em que gastaste horas e horas de pesquisa, é lixo, não vale nada para efeitos da tua

“Tudo isto para justificar a minha tomada de posição, evidentemente reaccionária, ou seja, de oposição, ao que hoje se está a praticar no seio das universidades e nas instituições científicas, no que às publicações diz respeito.”

progressão na carreira ou no prestígio que, se calhar, até almejavas alcançar. Esquece!

Como, decerto, todos os colegas, sou diariamente aliciado a publicar nalguma dessas revistas «*altamente credenciadas*». Nunca me propus, porque – por enquanto – tenho onde publicar (mas não seja no meu blogue e, aí, por enquanto, não estou submetido a ninguém...). Creio, porém, que, de seguida, esses convidantes me pediriam umas «moedinhas» para minorar as despesas de publicação e para garantir que, de facto, o meu texto iria ser devidamente apreciado e bem cotado a nível internacional.

Lembro-me que, um dia, comentei com uma editora que poderia ser importante rever os textos que publicava; em resposta, tive logo uma daquelas respostas-modelo: «*Envie-nos o seu livro, que nós o publicaremos de imediato, em Portugal e no Brasil, mediante o pagamento de 5000 euros. Garantido!*». Repliquei-lhes que não pedira nada e nem estava interessado em publicar livro algum.

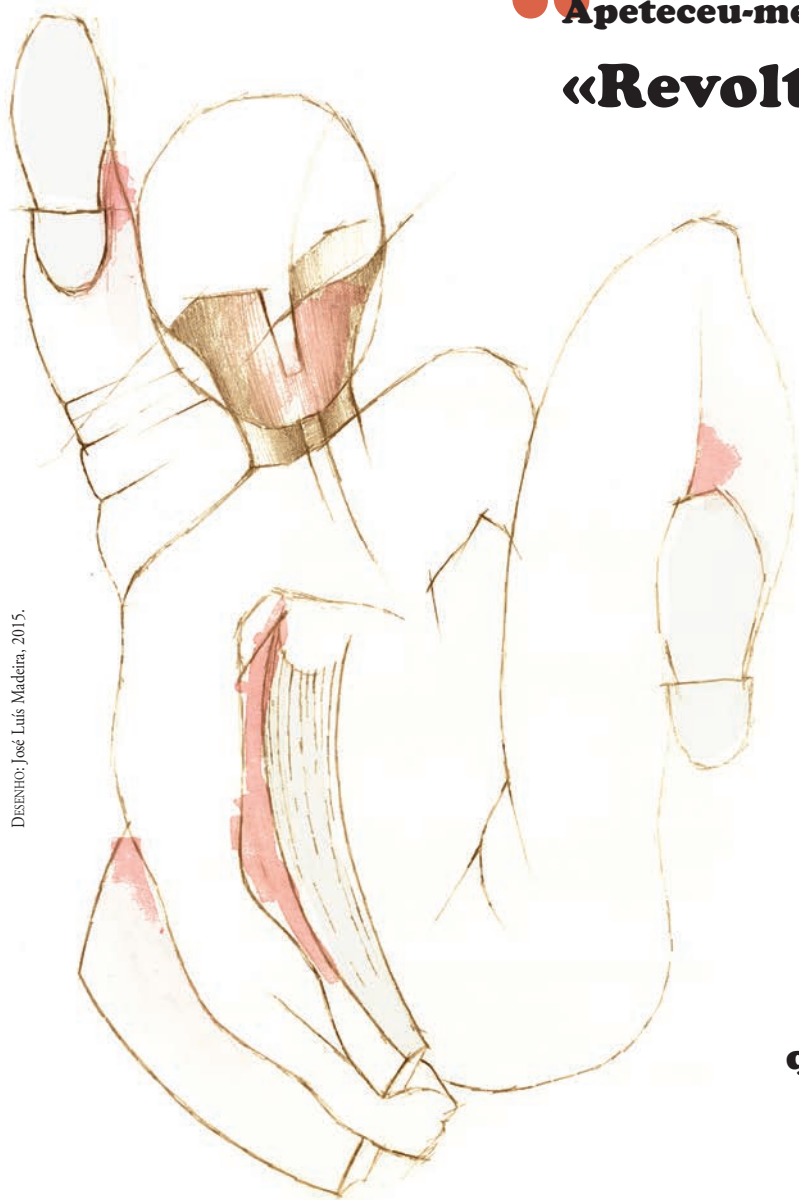
Pedi-me um grande amigo meu, director duma revista, que preenchesse o formulário que ele me enviara para, doravante, eu passar a figurar no elenco dos avaliadores (ele escreveu “referees”) da sua revista. Transcrevo: *«A revista [...] transferiu-se, recentemente, para uma nova plataforma digital, que, entre outras vantagens, torna mais amigável a gestão de originais e dos referees. Acontece que, nessa nova base – a DIGTHÉQUE – não é possível ao director da revista introduzir os dados dos revisores e criar, assim, uma «Bolsa de Revisores». Terão de ser os próprios a inscreverem-se na plataforma. Depois, a partir dos nomes que constarem na plataforma e das áreas temáticas em que cada um é especialista, é que poderei fazer a gestão dos referees».*

Pasmei! E, claro, declinei o convite. Primeiro, porque sou preguiçoso e detesto preencher formulários; depois, porque achei incrível o director duma revista ter de submeter-se assim.

Apeteceu-me gritar: *«Revoltem-se!»*. Não gritei, porque corria o risco de ser declarado inimigo público e ter algum elemento da Judiciária a vigiar-me a casa.

É verdade: longe vão os tempos em que era o director da revista que analisava – por si ou com as pessoas de sua confiança – os escritos que lhe eram apresentados e dava o seu aval, sempre tendo em consideração que opiniões são opiniões, sempre passíveis de serem contestadas, e em próximo número da revista ou noutra haveria lugar para essa contestação.

**“Apeteceu-me gritar:
«Revoltem-se!»”**



DESENHO: José Luis Madalena, 2015.

**“Longe vão os
tempos em que era
o director da revista
que analisava - por
si ou com pessoas
da sua confiança -
os escritos que lhe
eram apresentados e
dava o seu aval, sempre
tendo em consideração
que opiniões são opiniões,
sempre passíveis de
serem contestadas.”**

Pertenço – por gentileza dos seus responsáveis – ao Conselho de Redacção e/ou ao Conselho Científico de 25 revistas (nacionais e estrangeiras) da minha especialidade em História Antiga e Arqueologia. Uma delas é a conhecida *Conimbriga*, de que cheguei a ser director. Hoje, sou, desde 2005, membro do Conselho de Redacção. E espante-se: o director pede-me, assim como aos demais membros, que eu lhe indique avaliadores (ele escreve *referees*...) para se saber se determinado artigo tem, ou não, cabimento na revista. Todos os membros desse Conselho conhecem a revista há anos, de trás para frente e da frente para trás, e sabem o que se pretende; mas... eles não podem avaliar os artigos! Um é perito em vias romanas e há um artigo sobre vias romanas, mas não, ele não pode ser o avaliador! Outro é perito em Numismática e há um artigo nesse domínio, mas não, ele não pode botar opinião. Se já se viu!... Se isto não é o fim do mundo, para lá assim se caminha a passos largos – e as alterações climáticas e o Cumbre Vieja aí estão para no-lo recordar!...

No passado 15 de Outubro, publicou António João Cruz, no jornal *Público*, o artigo «Quem tem medo da avaliação por pares?», de que só consegui ler o começo, porque se meteu publicidade de permeio e desisti. Referiu-o António João Cruz, no dia seguinte, nas listas *museum* e *archport*. E logo no princípio do seu texto, após exclamar que essa discussão se assemelhava à de «adeptos de adversárias equipas de futebol», garantiu: «É incontestável que a publicação científica se transformou num negócio para todos!» Luís Raposo veio à liça logo no dia 17, nas mesmas listas, onde, depois de sublinhar que «a ciência deve possuir processos de validação interna e externa não subordinados, e até opostos, aos da lógica do negócio; e felizmente ainda existem na nossa sociedade muitas instituições científicas e culturais (os museus, por exemplo) que se afirmam “sem fins lucrativos”», não deixou de pôr o dedo na ferida, ao sublinhar que há «todas as implicações sociológicas deste sistema “predatório”». E anotou: «Estas não são nada de somenos, nomeadamente ao nível da obtenção de verbas para investigação, ascensão universitária e uso discutível, senão indevido, de trabalho de bolseiros ou orientandos...».

Estamos conversados.

De uma coisa eu tenho a certeza absoluta: apesar de contar (deixa lá ver...) quase 8500 caracteres com espaços e quatro páginas, esta minha nota nunca virá a ser cotada acima de zero por *peer reviews* ou *referees* (avaliadores), ainda que esteja publicada numa revista devidamente credenciada a nível nacional e internacional, verdadeiro «serviço público» em prol da Arqueologia. «Serviço público» é, porém, expressão que, hoje, não cabe na cabeça de todos. Não poderei incluí-la também entre

os meus artigos de referência, até porque nem tem notas de rodapé nem está semeada de citações de escritos em língua inglesa. Deram-me, esta semana, para avaliar um artigo em que as citações ultrapassavam em larga medida o número de linhas do texto eventualmente atribuível ao autor, e as notas, com mais citações, ocupavam, numa página, mais espaço do que o texto propriamente dito. Como avaliador, sugeri – repito, sugeri – que o director escrevesse ao autor a dizer que «vai no bom caminho, esse de ler muito e de beber noções; essa apreensão, esse beber servir-lhe-ão para ganhar bases susceptíveis de, em breve, enveredar pelo caminho da reflexão própria, que o levará à meta da inovação! Não foi caminhada em vão; foi treino!».

Essa, a minha maneira de encarar eventual recusa de publicação, mesmo quando se vê que o que se pretende é só “fazer currículo”, custe o que custar. Há um caminho a fazer. Passo a passo. Não pode querer-se assentar praça em general; mas também aos generais não compete cortar pernas quando o caminho não é exactamente aquele que eles preconizam. A meta é o cume do monte; há, porém, mais do que uma vereda para lá chegar! 🐾

Cascais, 20 de Novembro de 2021

De uma coisa eu tenho a certeza absoluta: [...] esta minha nota nunca virá a ser cotada acima de zero por peer reviews ou referees, ainda que esteja publicada numa revista credenciada a nível nacional e internacional, verdadeiro «serviço público» em prol da Arqueologia.